

ATA Nº 3

Aos seis dias do mês de janeiro ano de **dois mil e catorze** pelas nove horas teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho a Sessão Extraordinária** da Assembleia Municipal de Valença, cuja convocatória, datada do dia trinta de dezembro de dois mil e treze, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1-Discussão e aprovação do orçamento e grandes opções do plano para 2014;

2-Normas de execução orçamental para 2014;

3-Eleição de representantes das comissões:

- a) Um membro da AMV, de entre os eleitos diretamente para integrar a Assembleia InterMunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho;
- b) Eleição do Presidente da CAAS – Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário;
- c) Eleição de um Presidente de Junta da freguesia para o conselho cinegético e da conservação da fauna municipal;
- d) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios;
- e) Eleição de um membro da AMV para a Comissão que concede as autorizações de instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio a retalho;
- f) Designação de quatro pessoas para a Comissão alargada da C.P.C.J de Valença;
- g) Designação de cinco cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança;
- h) Designação de comissão para a revisão do Regimento.

4-Medilhas de Mérito – Atribuição;

5-Pedido de autorização para aquisição pelo Município das participações societárias da InterMinho e posterior internalização da atividade;

6-Recrutamento excecional;

7-Procedimento concursal para o provimento de um dirigente de 2º grau para a divisão económica-financeira -designação de Júri.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. A todos os presentes deu as boas vindas, àqueles que já costumam estar e àqueles que vêm em regime de substituição, desejando um trabalho proficuo para todos.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão, do Deputado Avelino António Oliveira Marinho substituído pela Deputada Ana Raquel Sanchez.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as; Alberto Vilas; José Veríssimo; Elisabete Viana; Inês Ferreira; Aurélia Correia; António Soares Pereira; Jorge Moura Rodrigues; Paula Natal; Sebastião Alves; Cristóvão Pereira; Américo Cardoso; Manuel Álvaro Gomes; Maria Benvinda Gonzalez; José António Nogueira; Oscar Silva; Ana Margarida Tomé; Mário Cruz; Cláudia Labrujó Jorge Gonçalves; José Miguel Abreu; Rui Ferreira; Manuel Brito; Francisco Romeu; Manuel Afonso; Fernando Aprício; José Areias; Maria Fernanda Ferreira; José Manuel Roda; António Lima.

O **Presidente da Mesa**, prosseguiu, dando a palavra ao **Primeiro Secretário, José Manuel Bastião Veríssimo** que, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido de 29 de setembro de 2013 a 3 de janeiro de 2014. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontra à disposição dos Senhores Deputados, no dia da Sessão, na Mesa, e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

De seguida, o **Presidente da Mesa**, informou os membros presentes de que tinham sido enviadas as minutas das atas n.º 27 e n.º 2 para a respetiva análise.

Neste sentido, foi referido pelo Presidente da Mesa abertura ao período da sua discussão de acordo com as disposições regimentais, salientando que a ata n.º 27 se refere à Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 2013, relativa ao mandato anterior. Pelo facto de existir disponibilidade para a sua discussão e votação e como alguns Membros têm conhecimento dos assuntos e deliberações versadas na mesma, com essa contextualização e por não ter existido inscrições para as intervenções, o **Presidente da Mesa** colocou a ata n.º 27 à votação, que registou num universo de 26 votantes o resultado seguinte:

0 (zero) votos contra; 5 (cinco) abstenções (Senhores (as) Deputados (as) Raquel Sanchez; Jorge Moura; Ana Tomé; Benvinda Gonzalez; Óscar Silva) e 21 votos a favor. Desta forma, **foi a ata n.º 27 aprovada por maioria.**

No seguimento e como de igual modo também não existiram inscrições para subsequentes intervenções, o **Presidente da Mesa** colocou a ata n.º 2 à votação, que registou num universo de 27 votantes o seguinte resultado: 0 (zero) votos contra; 3 abstenções dos Senhores(as) Deputados(as) (Benvinda Gonzalez; Óscar Silva e Rui Ferreira) e 24 votos a favor. Desta forma, **foi a ata n.º 2 aprovada por maioria.**

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1º PONTO – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2014

2º PONTO – NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2014

Verificando-se quórum num universo de 32 deputados, o Presidente da Mesa solicitou aos presentes quem se queria inscrever nos 1º e 2º Pontos da ordem de trabalhos, sendo que a discussão seria em conjunto mas a votação em separado. Neste sentido, verificou-se as inscrições dos Senhores (as) Deputados (as): Inês Ferreira; António Soares Pereira; Francisco Romeu; Cláudia Labrujó; Rui Ferreira e José António Nogueira.

Deste modo, foi dada a palavra à **Senhora Deputada Cláudia Labrujó** que, relativamente ao Orçamento para 2014, constatou que o mesmo tem valores avultados, nomeadamente ao que se refere à utilização da luz pública, pelo que foi salientado mais uma vez a necessidade de ser efetuada uma revisão desta situação para que o «apagão» de luz existente em vários locais do Concelho, deixe de existir por questões de segurança assim como de qualidade de vida. Noutras rubricas como a CGA e ADSE, os aumentos verificados existem, pela não possibilidade neutralizar esses aumentos.

Existiria a possibilidade de recorrer a uma linguagem técnica com base de referencia a

condições micro e macro – económicas pelo tempo que se está a vivenciar mas tal facto traduzir-se-ia em perda de tempo porque na linguagem corrente é de fácil entendimento o facto de nos situarmos numa das piores crises económicas e sociais dos últimos tempos e, devido a tal facto devem ser unidas forças e combater internamente esta tendência, sendo que, o orçamento em análise reporta a números e mais números, a planos de financiamento, a parcerias, a internalização, que mais cedo ou mais tarde todos têm que pagar. De forma lamentável, não foi possível verificar uma política de incentivo e acompanhamento por parte da autarquia para a criação do próprio emprego pelos valencianos e ainda para o aconselhamento do investimento para diversos ramos de atividade. Valença não poderá permitir-se à eterna dependência de empréstimos e, pelo contrário, ser auto-suficiente.

Os antepassados de Valença construíram e defenderam a pulso a Fortaleza deixando um património que no ver do Grupo Municipal da CDU ainda se encontra mal aproveitado. Não obstante, o executivo já ter promovido uma tertúlia sobre o comércio em Valença, sendo esta uma boa forma de se ter dado a conhecer o que em Valença foi produzido e comercializado, sendo que, muito importante regressar a essa autonomia em todas as áreas do comércio e emprego que existiram em Valença. A Sra. Deputada ainda referiu que na Fortaleza além do conjunto habitacional existente existia atividade, particularmente através da realização de feiras de produtos agrícolas.

Neste sentido realçou a importância do trabalho ser assumido, recorrer a trabalho e profissão do passado como capazes de ajudar as pessoas em período de crise e para esta situação ocorrer é de extrema importância o apoio do Município, o de criar condições para encaminhar as pessoas para estas profissões, vocações e práticas, sendo que, existe uma tendência considerada quase natural para as pessoas procurarem empregos de “ papel e caneta” mas muitas outras áreas poderão ser exploradas e o Município terá um papel fundamental a esse nível.

Neste sentido, a Sra Deputada referiu a importância sobre a existência de uma união de forças, união de ideias, ouvir os munícipes e, com esta congregação ser criada uma cidade de referência para Portugal. Valença tem tudo aquilo que é necessário para ser bem sucedida, boas acessibilidades, a localização num eixo de enorme importância. Neste sentido, a Sra. Deputada informou de que votará contra este ponto da OT por ser considerado não estarem reunidas as condições de desenvolvimento de emprego no Concelho.

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada e solicitou a intervenção do **Sr. Deputado Francisco Romeu** como representante do Grupo Unido pelas Freguesias.

O Sr. Deputado após endereçar os respetivos cumprimentos protocolares, informou de que na análise que fora efetuada, verificou que as verbas a transferir para as freguesias não vão sofrer nenhuma alteração em relação ao ano anterior, pelo que, apesar da diminuição do orçamento municipal na sua globalidade, foi registado com agrado este facto. Neste sentido, o voto do Grupo do qual é representante, votará a favor deste ponto da OT.

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada solicitou a intervenção do **Sr. Deputado Rui Ferreira**, o qual após endereçar os respetivos cumprimentos protocolares e desejar um bom ano de 2014 para os presentes, referiu que tem a expectativa que o orçamento em discussão e votação seja um orçamento próspero para o Concelho. Mencionou que a freguesia de Fontoura tem um projeto com medidas de anti desertificação, através do recurso a potencialização agrícola, florestal, cultural e desportiva. Esta sua intervenção deverá ser considerada no sentido de que as Câmaras Municipais têm a obrigação de fazer mais por Portugal e de igual modo as juntas de freguesia, sendo que muitas vezes é uma questão de vontade apesar de muitas vezes os recursos existentes serem insuficientes. Como Presidente de junta de freguesia, referiu que no processo da sua candidatura sempre informou de que não seria um presidente de execução de caminhos mas sim muito mais e, por esse facto apresentou expectativa em relação ao orçamento. Será através da

potencialização dos referidos recursos: agrícola, florestal, turístico e comercial que existirá capacidade para se enfrentar o futuro, porque são as realidades de Fontoura.

Desta forma, tem a expectativa que seja um orçamento concretizável e bom para o concelho o qual deverá ser sempre um Concelho melhor.

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada solicitou a intervenção do **Sr. Deputado José António Nogueira**, o qual após endereçar os respetivos cumprimentos protocolares e desejar um bom ano de 2014 para os presentes referiu, conforme transcrição seguinte:

“O Partido Socialista, nas pretéritas eleições autárquicas, em Valença, apresentou um programa de acção política que não mereceu a escolha maioritária dos votantes.

É um facto inquestionável.

Contudo, esse programa racional mas 'com coração', ajustado à realidade e exequível, vincula-nos e tudo faremos para que, mesmo em minoria na Câmara Municipal e nesta Assembleia Municipal, ele possa vir a prevalecer e ser "perfilhado".

É uma luta, à partida e durante quatro longos anos, perdida? Talvez sim, talvez não...

É que o PSD (nacional e local) anda(m) á deriva, sem ideias, sem 'rasgos' e sem objectivos, e se lhe indicarmos o (bom) caminho, talvez que algo de positivo surja... num futuro próximo.

Este orçamento e as Grandes Opções do Plano servem? Claro que não.

Porquê?

Porque as pessoas têm de estar e ser colocadas/ sempre, mas sempre, em primeiro lugar.

Este é o nosso propósito e ambição, o nosso paradigma e lema.

Desde logo, o viver num Município onde a fome esteja erradicada, onde haja efectiva igualdade de oportunidades e de género, onde o direito ao trabalho e o trabalho sejam realidades, onde a coesão social se constate e verifique, onde existam práticas solidárias implementadas, onde se esbatam assimetrias, onde se possa ter uma vida condigna e ver a economia florescer.

Daí, haja que promover a qualidade de vida das crianças, dos jovens, dos adultos e dos seniores, zelar pela das pessoas com deficiência, favorecer o relacionamento intergeracional, tornar Valença um concelho amigo das famílias, impulsionar a inclusão e reforçar a capacidade de intervenção da sociedade civil e das instituições, pugnar pela inovação e pela sustentabilidade das iniciativas e programas de desenvolvimento social, fomentar o desporto e as práticas desportivas e apostar na cultura.

A promoção de políticas sociais no combate à pobreza e à exclusão, ao direito a uma vida digna e ao lazer são, pois, essenciais e prioritárias.

As áreas da saúde - nomeadamente, com a retoma da assistência médica fixa do SNS 24 horas em Valença -, da educação - estruturada, integrada, coerente e 'com nível' - e do ambiente / ecologia adquirirão igual ordem de grandeza.

A nossa concepção do exercício do poder autárquico centra-se no propiciar às Valencianas e aos Valencianos uma cidadania profícua e plena, em que a liberdade e o respeito se cumpram e coexistam.

Uma cidade atraente - que acolha fraternalmente quem nos visita e quem cá pretenda radicar-se ou investir - mas, também, uma cidade segura - que sabe cuidar dos seus habitantes e onde a lei e a ordem prevaleçam.

Uma terra aberta ao Mundo e virada para o Mundo, onde os distintos sectores da actividade económica alcancem um elevado grau de interdependência e complementaridade, funcionando e interagindo num todo harmónico, saudável, sustentado e competitivo.

Contra o status quo vesgo e inoperante instalado, contrapomos uma política de empreendedorismo, com a dinâmica de acções capaz de fazer florescer a agricultura, o comércio, a indústria e os serviços.

Uma economia local mais diversificada e flexível acarreta progresso - e, com ele, chega o emprego, o bem-estar e o desenvolvimento.

Para além de atentos, temos de ser criativos e actuates.

A crise económico-financeira que assola não nos pode inibir de, funcionando como pólo aglutinador de quereres e de vontades, bem gerir os recursos existentes e criar outros, liderar, ter ideias, inovar, fazer mais e melhor, aportar valor acrescentado à nossa comunidade.

Mais valias estruturantes que assentam, sempre, no respeito pela dignidade das pessoas, da Lei e do Direito, informadas pela prossecução do interesse público colectivo.

Necessidade, adequação, proporcionalidade, simplificação, celeridade e transparência são princípios administrativos basilares e as 'traves mestras' que informam o nosso modo de ser, de estar e de agir.

É tempo de (re)definir e de pôr em prática estratégias de desenvolvimento integrado, capitalizando experiências, apelando à inovação e às novas tecnologias, promovendo a excelência do saber humano.

As nossas secular história e privilegiada localização geográfica permitem que Valença não seja um mero 'ponto de passagem p'rá outra margem' - uma ponte.

Valença tem de lançar 'pontes' para o futuro, não descurando o passado que a honra, glorifica e diferencia.

Sem prejuízo da cooperação intermunicipal, regional, nacional e internacional, a competitividade do nosso Município passa por criar vantagens comparativas aos demais, em que o alargamento dos mercados de captação turística terá de constituir motor de alavancagem decisiva.

A aplicação dum modelo económico e social integrado, como o que nos propúnhamos e propomos implementar, potenciará a criação de riqueza em todas as freguesias.

Modelo esse que deverá privilegiar a aposta nos recursos endógenos, no atrair de investimentos, com projectos e rumo traçado para um futuro mais próspero e feliz.

Daí a luta por uma economia mais diversificada e flexível, com mais agricultura e desenvolvimento rural, mais turismo, melhor comércio e serviços, mais indústria e mais tecnologia e inovação.

Porque o Município não pode viver dissociado da realidade envolvente, o propor-se estabelecer laços estreitos com os distintos actores locais que comunguem destas práticas e estratégias que colocam as Valencianas e os Valencianos sempre, mas sempre, em primeiro lugar.

Diálogo construtivo este a transpor para todos os níveis, não abdicando nunca de, nas instâncias próprias, expor e fazer prevalecer os nossos pontos de vista e interesses e de reivindicar os nossos direitos, sem subserviência e contra fatalismos preestabelecidos.

Os designados 'cortes de gorduras' deveriam e devem ser efectuados com a adopção de um 'orçamento base zero', fomentando sinergias, racionalizando e reformulando os Serviços Camarários - na ausência de qualquer despedimento (a que, como é óbvio, não subjazam idóneos fundamentos, motivos e razões de ordem disciplinar).

Sem prejuízo de se honrar os compromissos e os contratos já assumidos, todas obras a efectuar devem estar suportadas financeiramente e cumprir com os requisitos da oportunidade e da necessidade e, as mais avultadas, cumulativamente, da indispensabilidade.

Não faz sentido que a edilidade não acompanhe e respeite os sacrifícios dos seus habitantes - que não seja solidária e poupada.

Esta nova atitude de governação autárquica tinha e tem como finalidade estar ao serviço das pessoas e ajudar a resolver os seus mais básicos e prementes problemas, a exigir uma cidadania mais activa e informada.

Temos, pois, a política como um serviço público transparente focado nas pessoas e a elas destinado.

O Partido Socialista tudo fará para que a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica que levou a desajustadas e ininteligíveis "Unões de Freguesias" - também, neste concelho, exclusivamente propostas, recomendadas e aprovadas pelo PPD/PSD e pelo CDS/PP - seja futuramente descontinuada, com a (re)adopção do modelo até há bem pouco tempo existente.

Como forma de minorar tal execrável comportamento de desrespeito pela vontade popular as verbas que a Câmara Municipal transfere directamente para as Juntas de Freguesias (uma inovação descentralizadora do PS que o PPD/PSD instalado no executivo pretendeu - mas não conseguiu - suprimir) deveriam ser substancialmente aumentadas em valor e nas "Unões de Freguesias" pela soma dos valores das que lhes deram azo, acrescidas desse aumento, na proporção, cindindo-os em consonância e, obrigatoriamente, sempre para aplicação territorial diferenciada.

Sucede que,

O Orçamento e o Plano apresentados, são vesgos e não traduzem uma adequada previsão de gestão dos recursos financeiros disponíveis e, mesmo, realizáveis, e, como tal, não ponderam a correcta valorização do que é essencial e estruturante, nem preparam convenientemente o Município para vencer ou, pelo menos, superar, os obstáculos e desafios que se colocam no futuro imediato.

Daí, fatal como o destino, o Grupo Municipal do Partido Socialista só poder votar... CONTRA!"

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada solicitou a intervenção do Grupo Municipal do PSD, dando para esse feito a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira**.

A Sra. Deputada apresentou saudações protocolares aos membros presentes, dirigindo-se particularmente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de nas, últimas eleições ter tido uma vitória que lhe permitiu ser esmagadoramente votado pelos seus pares. De seguida, cumprimentou o Sr. Presidente da CMV pela mesma razão, porque o lema “ o nosso Presidente” esteve bem patente nos votos expressos pelos valencianos, também foram dirigidas as saudações protocolares a todos os membros do Órgão particularmente aos membros do Grupo Municipal do PS e da CDU, porque as vozes dissonantes são sempre muito importantes em Órgãos em que o pretendido será sempre um debate de ideias, um Fórum de discussão que levará sempre Valença para o melhor. Dirigiu também saudações protocolares aos Srs. Secretários nas suas novas funções e com a certeza de que irão colocar todo o seu saber e bom profissionalismo a favor dos trabalhos.

Relativamente ao Orçamento apresentado, a Sra. Deputada Inês Ferreira, referiu o seguinte:

A proposta de orçamento e as grandes opções do plano, é um importante instrumento de gestão mas necessariamente imbuído de opções políticas, sendo que, foram essas opções que os Valencianos escolheram. Pelo facto de definir as decisões de cada executivo para o ano seguinte, sendo que, no particular caso e em início de mandato, é referenciado as decisões que tinham sido as propostas eleitorais largamente referendadas pelo eleitorado Valenciano. Nesse sentido, a Sra. Deputada agradeceu mais uma vez ao executivo liderado pelo Sr. Presidente da CMV, sendo esse agradecimento efetuado pela quinta vez, pois existiu o cuidado de ter sido entregue uma nota prévia que, na sua perspectiva, será sempre muito importante para a existência de um devido enquadramento dos mapas e quadros que o integram. Foi ainda referido de que os números muitas vezes dizem pouco pelos motivos dos seus montantes. Neste sentido, será na sua opinião significativo e signficante a pertinência e a oportunidade de aplicação das verbas inscritas no orçamento. O Enquadramento macro-económico realizado e a reflexão sobre a consequência para as autarquias deste orçamento de estado serão muito relevantes para serem compreendidas as opções plasmadas nos documentos, sujeitos à análise para votação, sendo que, é afirmado nessa nota prévia como regras basilares as seguintes: rigor, responsabilidade, reforço, para a consolidação das finanças municipais. No contexto nacional de supervisão externa será essa a atitude que cada

Município deverá pedir a quem o governa: rigor e responsabilidade na aplicação dos dinheiros públicos. Neste sentido, a maior eficácia e eficiência será uma imposição dos tempos que correm quando é referido gestão do dinheiro dos contribuintes. Os eixos em que assenta são apresentados na nota prévia: conclusão do processo de reestruturação dos serviços municipais, aumento, eficiência e a sua eficácia. Desenvolvimento e coesão social, tendo em conta documento como estratégia Europa 2020, estratégia e plano de ação para o alto Minho 2020. Reforçar Valença como cidade média dimensão no noroeste Peninsular, com destaque para o projeto Terras Sanfins. O orçamento para 2014 apresenta um valor inferior ao do ano anterior 2.3 milhões de euros, 12 % mais baixo do que em 2013. Particularmente pela diminuição das despesas de capital influenciadas pela diminuição das refeitas de capital vindas do FEDER dado o término do QREN. O orçamento para 2014 apresenta um montante de receita corrente superior ao do ano anterior que financiarão despesas de capital. O rigor estará patente na opção de abrir rubricas para possíveis candidaturas, aproveitando eventuais libertações de verbas de projetos não executados por outras entidades públicas cerca de dois milhões. Neste sentido, nos documentos facultados, foi possível constatar que: a independência face a terceira entidades fora diminuída. A dívida a médio e longo prazo encontra-se em processo de redução. As grandes opções do plano, perfazer 9 milhões de euros dos quais 5,5 milhões de euros são para o plano plurianual de investimento. As funções sociais representam 72%, sendo que, dessas grandes opções do plano dos quais 31% serão destinados para a educação, o que representará o programa com maior “peso” no orçamento. Com o Centro de Inovação e Logística (CIL) 2 milhões de euros, espaço desportivo e lazer do CIL cento e sessenta cinco mil euros, transportes escolares, atividades de enriquecimento curricular, refeições escolares, conservação e manutenção do parque escolar, atividades de animação escolar e apoio ao agrupamento Murallas do Minho representarão mais seiscentos mil euros. A ação social terá um orçamento de trezentos e trinta mil euros, com 94% de financiamento garantido, havendo preocupação com a terceira idade e com os jovens através da ação escolar e com reforço da bolsa de estudos para os alunos a frequentar o ensino superior. A cultura com uma continuidade, opção de reforço das visibilidades das associações culturais, recreativas e desportivas que devido ao trabalho gracioso de muitos valencianos mantêm vivas as tradições valencianas permitindo que tantos jovens possam usufruir de tempos de formação e de lazer, prevendo para esse efeito novecentos e catorze mil euros. Um orçamento de rigor que 77% das grandes opções do Plano têm financiamento definido. A educação com 83% definido, sendo que, as atividades mais relevantes 93% do seu orçamento definido. Neste sentido, foi ressalvado pela Sra. Deputada Inês Ferreira de que, ser considerado que o presente Orçamento não contem objetivos, que as pessoas não estão em primeiro lugar, que o trabalho a ser realizado deverá ser sempre de acordo com a realidade local, de que não existe inovação, nem preocupação com a educação, são condições para que seja questionado se foi realizada a leitura e análise efetiva do Orçamento pelos outros grupos municipais.

De seguida, o Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada solicitou a intervenção do **Sr. Deputado Soares Pereira** que na posse da sua palavra, apresentou saudações protocolares aos membros presentes, com desejo expresso para todos os membros que integram o Órgão um mandato repleto de sucesso no uso das suas atribuições e sobretudo que seja um mandato profícuo em soluções para o Município de Valença.

De seguida, procedeu à respetiva intervenção de acordo com a seguinte transcrição:

“O orçamento é a expressão em números das opções políticas da Câmara Municipal para o próximo período económico. Neste caso... para o próximo ano 2014.

É um orçamento para o início de um novo mandato autárquico, fortemente influenciado pelas responsabilidades impostas pelo fim do programa de assistência económica financeira de Portugal, e para vigorar no período de transição do QREN para um novo quadro de apoio comunitário, com novas regras funcionamento e novos sectores de de incidência e investimento.

Com este contexto, foi imposta prudência e muito rigor na elaboração desse documento, tudo sem beliscar os anseios da população, na estabilização das contas públicas e na estratégia de desenvolvimento económico e social do concelho, sufragados recentemente.

Nada a que este executivo não tivesse já habituado no mandato anterior, onde os orçamentos foram pautados pelo controlo e redução da dívida, no equilíbrio financeiro da autarquia, na reorganização dos recursos, dos serviços, e na seletividade dos investimentos, resultantes em execuções anuais cada vez maiores, sempre acima dos 70%, culminadas no último ano do mandato em 74,5%. Sendo óbvio que o orçamento é condicionado pela conjuntura desfavorável que o país vive, mesmo assim, a previsão da receita corrente, no tocante aos impostos diretos, assenta no nível de taxas mais baixo dos últimos mandatos deste Município: Como é exemplo da Derrama, cuja taxa, como todos sabem, foi reduzida por este executivo em 1/3 (de 1,5% para 0,5%) para a esmagadora maioria das empresas do concelho (todas aquelas com lucros tributáveis inferiores as 150.000€); Ou no caso do IMI, em que para além de praticada a taxa mais baixa admissível (0,3%), será reduzida até 50% para os prédios do Centro Histórico desde que requalificados para arrendamento ou habitação; Ou ainda... na redução do IRS até 2,5%; Sendo que nos restantes impostos diretos se mantém os níveis de tributação que vêm do mandato autárquico anterior.

Esta realidade contraria tudo o que foi repetidamente dito ou augurado, quer dentro, quer fora desta casa.

Na previsão da despesa, apesar da subida dos encargos com a CGA (Caixa Geral de Aposentações) em 121 mil euros, da subida dos subsídios de Férias e de Natal em 144 mil euros, e doutros encargos com pessoal, como o subsídio de doença no valor em 50 mil euros. Mesmo assim, a componente despesa corrente desce ligeiramente em relação ao ano anterior (cerca de 10 mil euros, de 10.520 para 10.510 mil euros) – pag. 37.

E ainda no campo da despesa, mesmo num quadro de emagrecimento orçamental que não se esconde, preveem-se transferências correntes e de capital para as freguesias iguais às do ano anterior. O que demonstra uma clara aposta nas valias da gestão de proximidade e na competência dos Senhores Presidentes de Junta (vd. quadros pag. 36).

Mas se a elaboração do orçamento é importante, o controlo da sua execução é essencial. Há já, pelo menos, três orçamentos consecutivos que esta Câmara adotou normas (ou regulamento) de execução orçamental, reforçando através deste instrumento a garantia do cumprimento dos princípios orçamentais, e antecipando-se não só a muitos Municípios como até ao próprio Estado que agora as tornou obrigatórias por lei.

Estas normas são de uma importância vital porque estabelecem mecanismos e processos catalisadores de uma dinâmica que evita e protege os processos de cabimentação e gestão orçamental, assim como os inerentes fluxos monetários e financeiros, dos atropelos que os serviços públicos tantas vezes são tentados a fazer.

Tal como dissemos antes de nos ter sido reforçada a confiança... Acreditamos neste orçamento, na sua execução, e no potencial das suas opções”.

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada e informou de que estava terminado o ciclo de intervenções dos Senhores Deputados inscritos. Desta forma, deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença**.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença apresentou as saudações protocolares e com desejo de um bom ano de 2014 com êxitos pessoais e profissionais, bem com para as respetivas famílias.

Em relação ao orçamento e às intervenções dos senhores Deputados não tinha mais a ser acrescentado e as posições de cada um são elucidativas da orientação política ou partidária. Porem, não obstante a referida situação, pretendeu fazer algumas observações:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado José António Nogueira, quando o próprio referiu que tinha chegado o momento de ser criado um orçamento de base zero, foi salientado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença quando o Senhor Deputado era Presidente da Assembleia Municipal existia um orçamento superior com um valor aproximado de trinta milhões de euros, sendo que, o presente orçamento é de cerca dezassete milhões de euros, sendo este facto por si só, demonstrativo de que ano após ano, de forma indireta foi construído um orçamento de base zero, não sendo possível apresentar um orçamento mais baixo do que o presente. Neste sentido, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença solicitou aos presentes clareza sobre este assunto, ou seja, de numa primeira fase de reorganização financeira da Câmara Municipal de Valença, existiu como objetivo claro uma reorganização financeira, criando para esse efeito condições para concretizar um orçamento de base zero e, neste sentido, poder-se-á afirmar que o orçamento para 2014 é um orçamento de base zero.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda reafirmou de que um orçamento inferior a quinze milhões não seria impossível, porem é de ressaltar o atual quadro de pessoal, pois isso implicaria que a Câmara Municipal de Valença tivesse duzentos e cinquenta funcionários, pelo que, esta matéria tem conteúdo de forte implicação social e de funcionamento da autarquia e, neste sentido, reafirmou a importância de existir uma análise profunda aquando da análise da mesma pelo Órgão. Por sua vez, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou de que foram diminuídas as despesas de funcionamento da autarquia no valor de um milhão de euros em quatro anos pelo que, essa situação permite um saldo de funcionamento corrente de cerca de um milhão e novecentos mil euros, isto porque tem de forma efetiva existido poupança. Todo universo autárquico tem respeitado os dinheiros públicos, muita consciência nas formas de práticas de gestão, com muito cuidado, numa perspectiva de serem gastos recursos apenas aquando da sua necessidade efetiva e, como não poderia deixar de ser, ao serviço da população, a começar pelas freguesias. Será exatamente esta situação que permitirá afirmar que Valença em relação a outros concelhos envolventes é um Município que apresenta um equilíbrio económico – financeiro sustentado, reconhecido pela praça bancária. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda referiu de que, será exatamente esse equilíbrio que permitirá abranger os desafios do tempo presente, mas também as perspectivas de futuro, particularmente através do atual e do próximo quadros de apoios comunitários. Será através dos programas afetos aos Quadros Comunitários de Apoio que pretenderá abarcar candidaturas, sendo que, tal será possível exatamente porque existe equilíbrio nas contas da Autarquia, possibilitando ter a capacidade com os recursos financeiros existentes, na sua forma de liquidez, concorrer a candidaturas de investimento elevado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença também referiu de que à quatro anos que o Município não contrai empréstimos. O conjunto dessas situações, permitirá que o Município tenha a capacidade de concretização no território, o qual, como espaço físico numa gestão de proximidade. Com este princípio, encontram-se em primeira linha os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e respetivas Assembleias de Freguesia, sendo este facto assente pela execução de transferências para as freguesias estar concluída e para o ano de 2014 serão mantidos os valores, apesar das reduções das transferências do Estado, tal como os Senhores Presidentes das Juntas viram reduzidas as suas transferências do orçamento do Estado. Por sua vez, ainda foi salientado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que a comparticipação do Município se manterá, porem, com a ressalva de, com a nova Lei 75/2013 será possível estabelecer protocolos em várias áreas, tais como educação, espaços verdes. Neste sentido, será intenção da autarquia de forma gradual iniciar um processo de delegação nas respetivas freguesias atingindo outras competências que atualmente não as tem, afetas a determinadas verbas ou pessoal para exercerem determinadas funções. Essas competências, serão da responsabilidade das Juntas relativas a competências antes delegadas nos serviços da Câmara Municipal de Valença e, como

exemplo ilustrativo o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença indicou a manutenção e conservação da área que compõem os espaços verdes. Neste sentido, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença referiu que, durante o ano de 2014 existirá uma aprendizagem comum entre os intervenientes e serão analisadas as possibilidades de transferência das competências para as juntas de freguesia. Desta forma, foi reforçado de que os investimentos nas freguesias servirão em primeira mão o bem estar das populações e tudo será feito para que assim aconteça. Relativamente à Junta de Freguesia de Fontoura nos últimos quatro anos, existiu um investimento quase de um milhão de euros pelo que não poderá esta Junta querer um novo investimento desta ordem de grandeza, apesar ao mesmo ser afeto como maior verba a execução de saneamento. Desta forma, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ressaltou que este tipo de investimento só serão possíveis com acesso aos fundos comunitários que se dirijam ao mundo rural, porem, nos próximos tempos não se vê grandes perspectivas nesse sentido, de tal modo que, em termos de rede viária rural, estas preocupações estão em análise na Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. A falta de perspectiva de abertura de candidaturas no próximo QREN para a recuperação viária em espaço rural, poderá ser muito complicado para os Municípios efetivarem um cuidado plano de manutenção, recuperando estradas, algumas com mais de doze anos num curto espaço de tempo: três a cinco anos, pois no Concelho de Valença, existem cerca 1200 km de rede viária pavimentada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda referiu sobre esta matéria que, no tempo presente, a atuação do Município será pautada pela solução gradual dos problemas.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Cláudia Labrujó, especificamente no que diz respeito à iluminação pública e às despesas inerentes do seu funcionamento numa perspectiva de retorno na qualidade de vida das pessoas, nomeadamente ao que diz respeito aos níveis de segurança o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença concordou com esta preocupação sendo que, para esse efeito a Câmara Municipal de Valença deverá encetar esforços para que seja realizada uma poupança ao nível energético. Em termos de equipamento, existe o pavilhão municipal e o edifício das piscinas municipais que, com este efeito já viram recentemente duas candidaturas aprovadas no campo da eficiência energética num investimento global de quatrocentos mil euros, com o objetivo de melhorar em termos de eficiência a redução do valor de fatura dos referidos dois espaços municipais. Uma outra questão, relacionou-se com a questão da segurança também referida pela Senhora Deputada Cláudia Labrujó e, nesse sentido, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou o facto de não existir aumento de criminalidade na altura em que a iluminação pública se encontra desligada. Esta situação encontra a sua argumentação nos dados da G.N.R. de Valença, verificando-se em termos de criminalidade, que esta ocorre durante o dia, sendo que sobre esta matéria os Senhores Presidentes de Juntas têm alguma orientação para se poder ter luz pública ligada à noite, porem necessitam de realizar uma poupança equivalente. Com este intuito será efetuado trabalho para que seja possível chegar a esse ponto pelo que será necessário redução do número de lâmpadas de iluminação pública que em Valença representa um universo de cerca de dez mil lâmpadas, de vários tipos. Foi ainda salientado de que será necessário em conjunto com a EDP a criação de um plano para que sejam procuradas soluções técnicas de eficiência energética, sendo que, esta situação envolverá investimentos avultados. Ainda foi referido de que recentemente foram criados dois centros de iluminação, com a respetiva monitorização e comprovando-se uma poupança efetiva. Neste sentido, o Senhor Presidente da CMV ainda referiu de que encontrar as melhores condições ao nível de eficiência energéticas para o concelho é um desafio que o executivo se propõe nos próximos quatro anos.

No que diz respeito às outras questões apresentadas: emprego, captação de investimento empresarial, apoio a atividades agrícolas, apoio social e dinamismo económico para o Concelho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença referiu a importância do programa Valença

Finicia, sendo que Valença foi um dos primeiros concelhos a implementar este programa, o qual já está no terreno há cerca de ano e meio e com cerca de uma dezena de candidaturas. O Finicia é um programa que tem comparticipação municipal sem pagamento de juros e o restante valor com uma taxa simbólica. São projetos de diversas áreas que visam criar condições de dinamismo empresarial no tecido local. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda referiu de que a atual crise em Portugal tem permitido visualizar ações e tirar as respetivas lições e que passa pelo facto do setor empresarial privado responder às necessidades em contraposição com as empresas que dependiam do Estado. Quando o estado apresenta dificuldades, as empresas ficam numa situação má e o maior exemplo é o sector da construção, com o desemprego em massa logo a seguir. Uma outra questão indicada, relacionou-se com a grande resposta de solidariedade que todos os portugueses deram, quer individualmente quer através das IPPS, quer através das mais diversas associações, procurando responder aos problemas mais graves do país, particularmente nos grandes centros urbanos. Determinados flagelos sociais foram minorados ou mesmo sanados graças a uma corrente de solidariedade e que o próprio apenas reconhece esta dimensão aquando do processo de descolonização em Portugal.

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença deu a palavra aos Senhores Deputados que anteriormente tinham efetuadas as suas intervenções, sendo que, a Senhora Deputada Cláudia Labrujó e o Senhor Deputado Francisco Romeu prescindiram do uso da mesma. Neste sentido, foi dado o uso da palavra ao **Senhor Deputado Rui Ferreira** que, desde logo manifestou o seu desacordo por alguma ideia sugerida de que a freguesia de Fontoura é de forma efetiva favorecida pela Câmara Municipal de Valença. Desta forma, foi referido pelo próprio que não tendo razão de queixa salientou o facto de Fontoura ter sido uma freguesia esquecida durante muitos anos, apesar de, no tempo do anterior Presidente da Câmara Municipal de Valença ter sido construída uma estrada megalómana e outra para beneficiar pessoa amiga, sendo que, nada mais foi realizado. Neste sentido, foi salientado que o presente Executivo da Câmara Municipal de Valença tem sido um parceiro da junta de Freguesia de Fontoura, com apoio através dos seus funcionários e equipamento diverso. Não obstante, foi salientado pelo Senhor Deputado Rui Ferreira que o valor de um milhão de euros mencionado pelo Senhor Presidente da CMV não traduz uma ajuda real, pois é um valor que inclui o respetivo apoio comunitário e, nesse sentido, numa análise efetuada, como Presidente da Junta apenas deverá registar a verba de comparticipação pelo Município na obra que anteriormente tinha sido referida. O Senhor Deputado Rui Ferreira ainda mencionou que em Fontoura faltam muitos equipamentos, como a casa funerária e que, o que tem vindo a ser realizado se deve aos esforços da própria freguesia.

O Presidente da Mesa após agradecimento ao Senhor Deputado Rui Ferreira pela intervenção efetuada, deu a palavra ao **Senhor Deputado José António Nogueira** que, na posse da mesma, realçou a existência de pontos prévios na sua intervenção: desafiou qualquer Presidente da Assembleia Municipal no sentido de se analisarem as contas para constatar-se quem gastou menos, sendo que, um orçamento de base zero se resume ao pagamento restrito de senhas de presença das Reuniões e, nesse sentido, um orçamento de base zero, será exatamente um orçamento que refletirá as necessidades para o funcionamento de um determinado serviço. Referiu ainda que à cerca de quatro anos ocorreu um empréstimo de curto prazo para fazer face a dificuldades de tesouraria. Não obstante a questão que deverá ser analisada é o facto da Câmara Municipal de Valença possuir depósitos bancários quando esses depósitos deveriam ser aplicados ao serviço do bem-estar dos valencianos. Porém, nessa perspetiva a aplicação de dinheiro em obras como o Centro de Inovação e Logística que estará condenado ao insucesso, até por força do decréscimo do número de estudantes no ensino superior. Referiu também, que conforme anterior intervenção da Senhora Deputada Inês Ferreira, será importante ressaltar de que se no Orçamento para 2014, de facto,

existem muitas rúbricas abertas, a prática é que não mostrará uma clara aposta nas pessoas pelo atual executivo, mas sim em edifícios e betão. Salientou que, com certeza, que a Câmara Municipal de Valença, no período do Dr. José Luís Serra não fez uma obra para amigo, fazendo questão que esta parte ficasse bem explícita na ata, para que posteriormente, a pessoa em causa possa tomar as providências que considerar necessárias, sendo que, o PS aquando do seu executivo, fez obras para as pessoas, sem servir amizades ou amiguismos. Por último, o Senhor Deputado José António Nogueira referiu que, agora é possível compreender a declaração de voto dos Senhores Vereadores do PS, que vai gostar na presente sessão reproduzir, porque é uma reafirmação do que por ele foi dito e serve como declaração de voto:

Vivemos tempos de enorme crise financeira, as medidas impostas por este governo só têm piorado a situação, a economia afunda, o desemprego, o orçamento de estado para 2014 levará ainda a uma maior recessão, a mais pobreza, a mais miséria. Na realidade vive-se tempos difíceis, de incerteza, do aumento de desemprego, das empresas a falir, um cenário que passa ao lado de quem governa o País mas que não poderá passar ao lado de quem governa este Município.

Apesar deste contexto de estrangulamento financeiro entendemos que os obstáculos impostos à gestão municipal não pode colocar em causa a concretização de linhas de trabalho e de intervenção, entendemos ainda que estas linhas deverão estar diferenciadas para as pessoas, procurando a todo o custo manter o bem estar das populações, apoiar os mais desfavorecidos, apoiar os jovens e criar medidas de assistência social. Sabemos que o Município não pode compensar todos os efeitos da crise mas pode ajudar.

Analisando o Orçamento para do Município de Valença para 2014 verificamos que este apresenta um acréscimo comparativamente a 2013, tal como aconteceu com o 2013 comparativamente ao de 2012. Parece-nos mais uma vez um orçamento onde não há iniciativa e vai condenar a mais anos de marasmo, nada que logo não se verifique. Além disso, as grandes opções do Plano e orçamento para 2014 não se apresentam com uma política global de resposta à atual situação de emergência social. Não são a resposta adequada para aqueles que se encontrem em situação de maior fragilidade e simultaneamente não apresentam os instrumentos necessários para evitar que muitos mais venham a cair em situação de necessidade. Era o momento para a CMV ter visão e apresentar medidas concretas, para ser minorado o sofrimento dos valencianos e porque nós consideramos que poderia ser diferente e deveria ter atenção às áreas prioritárias nomeadamente: a educação, a saúde, a ação social, o turismo e a cultura. Entendemos votar contra o orçamento para 2014 por entendermos tratar-se de um mau orçamento sobretudo por serem incapazes de ir ao encontro da necessária adequabilidade económica e financeira que às reais necessidade população.

O Presidente da Mesa após agradecimento ao Senhor Deputado José António Nogueira pela intervenção efetuada, deu a palavra aos senhores Deputados do Grupo Municipal do PSD: Inês Ferreira e António Soares Pereira.

A Senhora Deputada Inês Ferreira, iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença para agradecer a forma tão explícita e contundente como respondeu a todas as questões, facilitando imenso trabalho na defesa do Orçamento para 2014. A Senhora Deputada Inês Ferreira referiu na anterior intervenção do senhor deputado José António Nogueira, a necessidade de ressaltar de que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal tinha aprovado orçamentos propostos pela Câmara Municipal de Valença e não verbas afetas ao orçamento para funcionamento da Assembleia Municipal. Relativamente ao empréstimo contraído, foi devido a problemas de tesouraria, devido às medidas legadas pelo anterior executivo. Uma outra questão, foi relacionada com a necessidade de ser efetuado um exercício retrospectivo ou seja, aquando do surgimento da Escola Superior de Ciências Empresariais esta surgiu em plena época eleitoral. Foi comprado um terreno dado gratuitamente ao Instituto Politécnico de Viana do

Castelo sem ter ficado devidamente salvaguardados os interesses de Valença porem, o Centro de Inovação e Logística será muito mais do que um edifício que albergará a Escola Superior de Ciências Empresariais. Será um espaço que terá mais do que uma escola, contará com espaço de apoio a pequenas e médias empresas e com o que este conjunto representará em termos de dinamismo e criação de emprego associado. A Senhora Deputada Inês Ferreira ainda referiu a importância de no mesmo exercício retrospectivo, ser recordado em termos de verbas o facto de ter sido alienada no anterior executivo PS a participação do Município à empresa Ventominho, com o objetivo de serem construídos dois edifícios escolares, também inaugurados em plena época de eleições, sendo que, estes edifícios apresentam imensos problemas estruturais consequente de obras realizadas à pressa. Por último, a Senhora Deputada Inês Ferreira referiu de que o orçamento para 2014 é um orçamento com alto índice de execução orçamental e, ainda fazendo referencia à intervenção do Senhor Deputado José António Nogueira, na qual tinha sido dito que o próximo ano seria de marasmo, foi esquecido que foi com a presente equipa que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença lidera que os valencianos votaram e, esse facto é demonstrativo de que eles acreditam que não houve e não haverá marasmo.

O Presidente da Mesa após agradecimento à Senhora Deputada Inês Ferreira pela intervenção efetuada, deu a palavra ao **Senhor Deputado António Soares Pereira** que, no uso da sua palavra referiu de que após explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença e da intervenção da representante do Grupo PSD, haveria pouco a acrescentar. Não obstante, gostaria de referir de que o representante do Grupo PS mencionou de que o orçamento tem alguma sensibilidade para a área social com rubricas abertas para esse efeito. Nesse sentido, ressaltou a execução orçamental de 74,5 % sendo esse facto demonstrativo de, provavelmente ter sido a taxa de execução da última década mais elevada efetuada pela CMV. Nesse sentido realçou essa constatação que numa análise de execução orçamental comprovará que as rubricas abertas serão cabimentadas e executadas.

O Presidente da Mesa após agradecimento ao Senhor Deputado António Soares Pereira pela intervenção efetuada, deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** que no uso da mesma, salientou de que tinha sido falado: orçamento; valores; execuções orçamentais, sendo que, anteriormente os orçamentos eram de cerca de trinta milhões de euros, havendo necessidade de acomodar receita em função da despesa, constatando-se que, aquando do momento de aprovação das contas de gerência, as correções orçamentais que se verificavam eram muitas, chegando a algumas centenas de correções, sendo que, este facto era derivado pelo orçamento não ser exequível.

Por sua vez, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda lembrou de que o atual executivo aquando do inicio das suas funções em Novembro de 2009 confrontou-se com um orçamento para 2010 elaborado de acordo com as despesas previstas e com cerca de seis milhões e quinhentos mil euros a fornecedores.

Presentemente essa dívida encontra-se em cerca de um milhão e seiscentos mil euros, representando esse facto um grande esforço coletivo do Município iniciado nos funcionários e nos Senhores presidentes das juntas de Freguesia. Existiu a constatação da realidade de toda a situação e procuraram realizar esforços para de forma gradual ser iniciado um processo de poupança, porque se vivem tempos que os Municípios têm que aprender a dizer «não» a determinadas situações, pelo simples facto de não serem possíveis.

Não obstante e apesar das contingências, foi possível uma execução orçamental superior a 70%, sendo que, o anterior executivo PS nunca conseguia atingir a referida percentagem de execução orçamental, com ainda uma maior ressalva de não ter correção orçamental.

A este respeito, referiu de que nunca tinha sido efetuada uma correção de execução orçamental global no mandato anterior, como também não foram necessários empréstimos

bancários, motivado pelo equilíbrio das contas da Câmara Municipal de Valença.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou de que o Orçamento para 2014 não tenha o acordo de todos os membros, devido a outra visão, outra perspectiva para o futuro do Concelho. Não obstante, tinha dificuldade em aceitar que não seja apresentada nenhuma ideia concreta e não vaga sobre determinadas temáticas como a solidariedade social, agricultura, indústria.

Nesse sentido, reforçou a ausência de apresentação de propostas ou de medidas concretas, ausência essa verificada em anterior reunião de Câmara e por alguns membros da Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença considerou estranho que matérias concretas não fossem de forma objetiva formuladas em áreas como a social, industrial, agrícola, sendo que, relativamente a esta última reforçou a sua estranheza exatamente por não ter sido mencionado o projeto Terras de S. Fins – o qual contará com uma vertente agrícola, educacional e de turismo segmentado, mas ressaltando sempre na sua concretização de que o referido projeto deverá ter capacidade de gerar a sua auto-sustentabilidade nos seus vários domínios.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda referiu de que se encontrar completamente recetivo a recolher ideias e sugestões sobre o referido projeto. No que se refere à gestão corrente da CMV a mesma terá que ter um saldo positivo para financiar investimentos de forma a permitir financiar investimentos para permitir o acesso a candidaturas e respetiva concretização desses investimentos.

Quanto à orientação estratégica o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou a importância de reestruturação dos serviços com a expectativa de em 2014 existir um balcão único a funcionar, sendo que o SIMPLEX entrará em áreas como o licenciamento industrial e urbano devidamente suportado pela respetiva legislação, com o intuito de uma desmaterialização de processos, sendo que, nesse sentido será imperioso realizar obras no edifício dos serviços técnicos, cuja intervenção é urgente, pois presentemente apresenta-se como um edifício que traz muitas dificuldades e de diverso nível a quem nele se encontra. Uma outra questão referida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença foi no âmbito do desenvolvimento e da coesão social, particularmente a educação e a ação social contam com um investimento de três milhões de euros, sendo que transportes escolares, AEC's, refeições escolares e bolsas de estudo são cerca de seiscentos mil euros.

Um outro assunto referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença é a necessidade de afirmação de Valença como média cidade do noroeste peninsular com a prossecução dos projetos da Eurocidade e Fortaleza a património da humanidade, sendo que, os dois processos são inseparáveis. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda foi referida uma outra situação que se relaciona com a zona industrial sul, com oitocentos e cinquenta hectares de solo para utilização industrial para posterior loteamentos a serem promovidos pela iniciativa privada, considerando que será criada riqueza e emprego. Relativamente à indústria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença referiu a existência de mais duas empresas significativas no Parque Empresarial de Valença com atividade produtiva para o setor automóvel. Relativamente ao âmbito de requalificação urbana, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença reconheceu que haverá muito trabalho a ser efetuado neste domínio na Fortaleza e, havendo oportunidade existem condições para a concretização da última fase de requalificação. Uma outra área urbana sujeita a intervenção será a «cidade nova», sendo que, a intervenção nas referidas áreas, devido ao valor global de obra associado, a sua execução dependerá da abertura de candidaturas para esse efeito, sendo que esta matéria tem que ter sempre um elevado empenho.

Relativamente a outras situações, foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença a procura de um dinamismo que consolide a posição de Valença como cidade ativa, a existência de uma programação que contará com os sabores gastronómicos, os presépios de natal e

outros eventos de referência. Relativamente ao Caminho de Santiago o grande objetivo será sempre Valença como porta de saída de Portugal para qualquer caminho a Santiago. A este respeito, ainda foi referido de que será procurada a cada vez maior representatividade de Valença nesse âmbito procurando criar imagem de marca a esse nível, uma mais - valia que à cerca de dois anos atrás permitiu que o Caminho a Santiago também se materializasse pela sua passagem no interior da Fortaleza.

O Presidente da Mesa após agradecimento pela intervenção efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença deu a palavra ao **Senhor Deputado José António Nogueira** para que, em período de esclarecimento fosse questionado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença. Neste sentido e através do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Deputado José António Nogueira questionou sobre o que o atual Executivo concretizou para além das «giestas» que, de acordo com a sua memória, não tivesse havido no anterior executivo socialista. Uma outra situação, relacionou-se com a insistência do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença na poupança de cinco milhões de euros quando, tinha a receber do último executivo PS quase seis milhões de euros e, sendo esse o motivo por não existir aplicação desse dinheiro, porque as contas do Município estão mais equilibradas. Por último, questionou o porquê do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença considerar que não existem propostas concretas, quando o próprio apenas associou a Quinta de Sanfins à agricultura, sendo, isso sim, uma ideia vaga.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa solicitou outro pedido de esclarecimento, para que, nesse período fosse questionado o Senhor Presidente da CMV. Neste sentido a **Senhora Deputada Cláudia Labrujó** questionou relativamente à agricultura e no caso concreto à Quinta de Sanfins, anos atrás foi entregue na CMV um projeto apresentado pela CDU para reaproveitamento da Quinta de Sanfins no que diz respeito à agricultura e à sua manutenção. Uma outra situação apresentada pela senhora Deputada Cláudia Labrujó, foi de ter sido apresentada anos atrás em Reunião da Assembleia Municipal a ideia de ser criadas hortas comunitárias, a ideia foi recepcionada com algum «gozo» por parte de alguns membros. Essa ideia tinha por base a procura de uma economia de escala, com apoio da autarquia e de forma aos valencianos terem acesso aos seus próprios bens agrícolas. Foi posteriormente e com alguma tristeza que constatou a publicação de um artigo que tinha por base a deslocação de uma missiva da RTP a Ponte de Lima, exatamente porque tinham promovido a criação de hortas comunitárias para os munícipes. Com a referida contextualização, salientou o facto de não poder existir acusações sobre a ausência de ideias concretas.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu as questões suscitadas pelos Senhores Deputados e fazendo das suas palavras a sua, solicitou os respetivos esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença.

Desta forma, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** referiu que, em relação à quinta de S. Fins não conhecia qualquer proposta do Senhor Alípio/CDU, porem reforçou desde logo a dificuldade da quinta em ter viabilidade centrada unicamente num projeto agrícola. A Quinta de SanFins encontra-se sob um processo de trabalho de desmatção que está a ser levado a cabo pelos sapadores do Município, mas a criação de expectativa no sentido da quinta vir a ser em termos agrícolas o que foi no passado, será impossível, pois existem determinadas realidades no terreno: existência de árvores de grande porte e protegidas, raízes no subsolo, características que impedirão os devidos cálculos num projeto agrícola. Por outro lado, ainda foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que as hortas comunitárias não serão propriamente um desenvolvimento agrícola, mas um apoio à economia doméstica e, com esse sentido, eventualmente serão disponibilizados terrenos na urgeira.

Não obstante a referida situação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou o facto de, em auscultação anteriormente efetuada, não ter existido uma adesão

significativas por pessoas a esta ideia. No que diz respeito à questão das «giestas» o Senhor Presidente da CMV salientou que foi uma grande ideia levada pelo Executivo, pois o facto constatado é que as Maias e tudo o que lhes está associado na sua forma de evento, permitiu que Valença passasse a ter mais destaque, sendo que, inclusive no dia anterior estiveram em Valença quatro estações televisivas a custo zero para a CMV: TUI - TV – RTP1 – TVE 1 – TV Galiza, sendo que, as televisões estiveram em Valença pela fortaleza e pela realização da cavalgata dos reis. Neste sentido, o Senhor Presidente da CMV realçou a necessidade de serem registadas as diferenças: maias, chocolate, presépios com o objetivo de ser criado uma imagem de marca, o município tem vindo a criar oportunidades, sendo que o próximo QCA terá ideia – intenção ter surgido exatamente porque tinha estado em Bruxelas numa visita oficial e conseguiu aceder ao tipo de funcionamento organizacional das cidades que se localizam a norte de Bruxelas e que fazem fronteira com a Alemanha. Neste sentido foi possível constatar, a existência dinâmica de procura no estabelecimento de protocolo, com vista a serem utilizados recursos comuns em projetos comuns de cooperação transfronteiriça, com base sustentada da figura da eurocidade patente na União Europeia. Foi com esta contextualização que o Senhor Presidente da CMV salientou de que em Valença o trabalho realizado Eurocidade é muito significativo, existem resultados e será por isso que haverá uma linha de continuidade no futuro.

O Presidente da Mesa agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da CMV e terminado este período, num universo de 32 votantes, colocou à votação o orçamento e as grandes opções do plano para 2014. Assim neste universo, foi possível ter a seguinte votação:

9 (nove) votos contra – (dos Senhores Deputados: Cláudia Labrujó, Manuel Álvaro Gomes, Luís Amorim, José António Nogueira, Ana Tomé, Orlando Vasco Oliveira, Benvinda González, Óscar Silva e Mário Cruz); Abstenção: 0 (Zero); Votos a favor: 23 (vinte e três).

Desta forma, **foi o orçamento e as grandes opções do plano para 2014 aprovados por maioria.**

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação as Normas de Execução Orçamental para 2014. No mesmo universo de 32 votantes, foi verificado o resultado seguinte:

Votos Contra: 1 (um) - Senhora Deputada Cláudia Labrujó; Abstenção: 0 (Zero); Votos a favor: 31 (trinta e um).

Desta forma, **foram as Normas de Execução Orçamental para 2014 aprovadas por maioria.**

No seguimento do decurso da Reunião, o Presidente da Mesa passou aos seguintes pontos da ordem de trabalhos.

3º PONTO – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA COMISSÕES

4º PONTO – MEDALHAS DE MÉRITO - ATRIBUIÇÃO

O Presidente da Mesa informou de que, em reunião da Comissão Permanente tinha sido aprovado que aquando deste ponto da ordem de trabalhos que os interessados fizessem chegar as candidaturas pretendidas.

Com este efeito, foi efetuado um intervalo para que a Mesa criasse as condições físicas necessárias para o momento de votação, como também a designação dos elementos sujeitos á votação. O Presidente da Mesa informou de igual modo a todos os presentes que após o intervalo ,seria efetuada a discussão do presente ponto da ordem de trabalhos e respetiva votação em conjunto.

Após o intervalo, o Presidente da Mesa informou que existiam condições para ser discutidos

os presentes pontos da OT pelo que se passou à discussão dos mesmos.

O Presidente da Mesa comunicou que, de acordo com a aprovação ocorrida na Reunião da Comissão Permanente, em termos de metodologia seria efetuado um momento único para a inscrição das intervenções relativas ao 3º e 4º Ponto da OT. Quanto aos boletins de voto, seriam entregues na mesma altura. Posteriormente, os Senhores Deputados seriam chamados individualmente para realizarem a votação. Relativamente às medalhas de mérito também seriam indicadas para o respetivo processo de votação, sendo que toda a matéria deste ponto da OT seria para ser discutida nesse momento. O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa, três propostas com a designação de elementos para as diversas Comissões. Pelo PS foi considerado que a indicação dos nomes para a Comissão da CPCJ e a Comissão do Conselho Municipal de Segurança deveria ser efetuado através do método de Hondt. O Presidente da Mesa informou que tinha sido analisada a questão apresentada pelo PS mas, pelo facto de ter sido uma prática corrente e nada haver na legislação que pudesse indicar outro caminho, foi entendido que devido a existir um grupo de pessoas candidatas, seriam aceites listas para algumas Comissões que fazem parte do presente ponto da OT, sendo que, no boletim de voto constaria a identificação dessas listas e naturalmente os Senhores Deputados votariam na lista que considerassem mais indicada.

Desta forma, o Presidente da Mesa passou ao período de inscrição para ser debatido o 3º e 4º Ponto da OT, informando ainda que antes da realização do ato eleitoral, existirá uma explicação sobre o conteúdo dos boletins de voto e respetiva articulação a ser dada ao ato.

Neste sentido, foram efetuadas as inscrições dos Senhores(as) Deputados(as): Inês Ferreira, Aurélia Correia, Sebastião Alves, Cláudia Labrujó, José António Nogueira, Rui Ferreira e Elisabete Viana.

Desta forma, o Presidente da Mesa deu a palavra à **Senhora Deputada Cláudia Labrujó** que na posse da mesma, referiu que nas listas existiu o cuidado de procurar pessoas com capacidades para os referidos cargos, procurando que exista sempre uma política aberta com a presença de elementos de outros partidos. No que diz respeito às medalhas de mérito proferiu o seu parecer relativamente às mesmas e solicitou autorização ao Senhor Presidente da mesa para que fossem tiradas fotocópias de documentação, para posterior análise pelos Senhores Deputados.

Com esta contextualização e relativamente à proposta de atribuição de medalha de mérito ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo Fontourense apresentou voto favorável.

Relativamente à proposta de mérito municipal para a empresa Mar Ibérica, a Senhora Deputada Cláudia Labrujó informou que, sem por em causa a referida empresa, existem outras empresas, especificamente uma empresa com cerca de oitenta anos a trabalhar no concelho de Valença que não lhe foi dada qualquer tipo de importância e que por ela têm passado muitas gerações de trabalhadores de Valença, revestindo-se de um *curriculum* de grande envergadura: Sociedade Artística de Manufaturas. Não obstante esta situação, votaram a favor da proposta de atribuição da medalha de mérito municipal à empresa Mar Ibérica.

No que diz respeito, à atribuição da medalha de mérito ao Senhor Luís Álvaro Campos Ferreira, a Senhora Deputada Cláudia Labrujó informou que, com todo o respeito que a pessoa em si merece, não significa que exista uma opinião diferente sobre essa proposta de atribuição. De facto, foi salientado que o Executivo tem um «rosto» partidário semelhante ao da referida pessoa.

Nesse sentido, reforçou a naturalidade do Executivo se querer rever, ao contrário da maioria do povo valenciano que não se encontra identificado. Como prova dessa situação, a Senhora Deputada Cláudia Labrujó referiu os anteriores resultados eleitorais aquando da candidatura do Senhor Luís Álvaro Campos Ferreira à CMV. Por outro lado, também foi referido que seria exaustivo o historial da sua permanência em Valença e os documentos pedidos para serem fotocopiados iriam ajudar a confirmar: foi o caso da construção da escola superior na quinta da Mota inscrita no PIDAC que, na altura tinha sido retirada criando «burburinho» nas hostes do PSD,

porque tinha sido eleito nesse ano a Deputado na Assembleia da República. Uma outra questão relacionou-se com o facto de na qualidade de Deputado na Assembleia da República pelo círculo de Viana, ter elaborado um parecer conjuntamente com o Deputado José Eduardo Martins para que as urgências do Centro de Saúde de Valença fossem deslocalizadas para a vila de Monção e, essa informação é constante na referida documentação. A Senhora Deputada Cláudia Labrujó salientou ainda que existiram contradições com o acordado entre as entidades envolvidas, nomeadamente: Direção Geral de Saúde, Administrações Regionais de Saúde e a Comissão Técnica, sendo que o referido acordo previa que as urgências ficassem na anterior vila de Valença, pela sua centralidade. Reforçou mais uma vez que a mencionada informação poderá ser confirmada nos documentos que também estão na sua posse, pelo que solicitou ao Senhor Presidente autorização para a sua distribuição pelos restantes membros da Assembleia, para que posteriormente, em consciência, possam proceder à devida votação. Com esta contextualização, a Senhora Deputada Cláudia Labrujó informou que votam contra a proposta de medalha de mérito municipal ao Senhor Luís Álvaro Campos Ferreira, sendo que, caso a personalidade em questão venha a fazer diligências para as urgências serem reabertas em Valença, serão os primeiros a propor uma medalha de mérito.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e deu a palavra ao **Senhor Deputado Rui Ferreira** que na posse da mesma, referiu: relativamente à proposta de atribuição de medalha mérito ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo Fontourense (CRDF), apresentou um breve historial do Centro, sendo uma coletividade que sempre o acompanhou durante a sua vida e que a proposta de atribuição de mérito surge no momento certo porque, o CRDF tem no momento duas equipas de formação e a freguesia tinha investido muito para melhorar as condições da coletividade, proporcionando aos seus atletas as melhores condições possíveis e, com esse sentido, o Senhor Deputado Rui Ferreira salientou a importância de reconhecimento quando se trabalha em coletividades. Nesse sentido, votam a favor da referida proposta de atribuição.

Relativamente à Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o Senhor Deputado Rui Ferreira informou que tinha solicitado aos seus colegas para o próprio ser representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia na referida Comissão, porque o objetivo da freguesia de Fontoura, será de ser uma freguesia livre de incêndios e o maior produtor florestal do Concelho para o ano de 2015. Como os objetivos propostos assentam no volume, considera a experiência adquirida uma mais valia para se poder alargar a visão ao restante Concelho.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e deu a palavra ao **Senhor Deputado José António Nogueira** que, na posse da mesma, salientou que, relativamente à proposta de atribuição de medalhas de mérito, votarão contra a proposta de medalha de mérito municipal ao Senhor Luís Álvaro Campos Ferreira, pretendendo recordar que mais trabalho do que o realizado pela referida personalidade afora os do PS fez o Deputado da Assembleia da República eleito pelo PC, Senhor Honório Novo, quer pelo Distrito de Viana do Castelo quer pelo concelho de Valença. Relativamente à proposta de atribuição de medalha de mérito à empresa Mar-Ibérica, referiu que, todas as empresas que laboram no concelho de Valença serão dignas dos maiores encómios, todavia não compreende porque é que foi proposta a referida empresa e não foram propostas outras empresas, nomeadamente a empresa que a Senhora Deputada Cláudia Labrujó tinha referido.

Referiu, ainda, que Empresas mais antigas no concelho não mereceram tal distinção, sendo que várias gerações de valencianos e muitas famílias trabalharam nessa empresa ao longo do tempo.

Não obstante, disse não pretender fazer juízo de valor sobre a proposta de atribuição de medalha de mérito à referida empresa em detrimento de outras. Continuou dizendo que se as coletividades merecem medalhas de mérito, efetivamente o Centro Cultural Recreativo e Desportivo Fontourense será uma delas, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, digno da maior apreciação. Desta forma, votarão favoravelmente.

Acrescentou que para à discussão para os representantes das comissões, foi verificado que

para a Comissão de Revisão do Regimento o PS propôs o próprio e para o CAAS o Senhor Luís Alberto Brandão.

Em seguida, agradeceu à CDU o facto de ter tido o cuidado de convidar pessoas do PS para integrar a sua lista, sendo que o PS decidiu respeitar o método d'Hondt e apenas indicar pessoas onde as pudesse eleger mas foi encontrado consenso para que fossem feitas listas conjuntas. O Senhor Deputado José António Nogueira referiu a importância de ser ressaltado o seguinte: a Constituição prevê que nas eleições seja utilizado o método d'Hondt; e, de igual modo a Lei n.º 75/2013 também prevê a utilização do referido método. Foi nesta contextualização que foram realizadas eleições para a CIM Alto Minho, sendo que, o Senhor Presidente da Mesa anteriormente tinha referido que tal não era costume, pois havia uma lista que, por norma, será a do partido que está no poder podendo eventualmente integrar membros da oposição, de acordo com o respetivo entendimento sobre o assunto. O Senhor Deputado José António Nogueira ainda referiu como membro da antiga Assembleia Municipal nunca se confrontou com a defesa do referido método d'Hondt, pois foi uma situação que nunca se levantou porque as Assembleias – esta – são novos grupos de pessoas, o Grupo do PS considera ter toda a legitimidade em apresentar como tal, as Assembleias são novos grupos de pessoas e, o grupo do PS considerou toda a legitimidade em apresentar pessoas com base no método proporcional d'Hondt. Neste sentido, foi proposto pelo PS para integrar a CPCJ a Senhora Deputada Benvinda González e para a Comissão Municipal de Segurança o Senhor Deputado Álvaro Gomes. Ainda, relativamente a esta matéria, o Senhor Deputado José António Nogueira solicitou ao Senhor Presidente que a Mesa fundamentasse “De Facto” a decisão e, qual o “direito” em que consubstanciava a mesma.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e deu a palavra à **Senhora Deputada Inês Ferreira** que no uso da mesma, comunicou de que as argumentações do Senhor Deputado José António Nogueira sobre o método para eleger as pessoas para as comissões, especificamente para a Comissão Alargada da CPCJ foi de contra-argumentação à argumentação anteriormente apresentada pois, para a referida Comissão algumas vezes foram realizadas listas conjuntas e noutros mandatos não se verificaram, sendo que, na eventualidade na presente sessão ter sido aceite listas em conjunto, provavelmente o Senhor Deputado José António Nogueira não teria pedido a aplicação do método d'Hondt. Desta forma, a Senhora Deputada Inês Ferreira apresentou os seguintes membros para integrar as respetivas Comissões: **Assembleia da Associação de Municípios do Vale do Minho** – Senhor Deputado António Soares Pereira; **Presidente da CAAS - Comissão para o Acompanhamento do Aterro Sanitário** – Senhor Alberto Luís Vilas; **Comissão que concede as autorizações de instalação ou modificação de estabelecimentos a retalho**: Senhor Deputado Sebastião Alves, **Comissão alargada da CPCJ**: a própria e as Senhoras Deputadas: Aurélia Correia, Maria Fernanda Ferreira e Elisabete Viana; para o **Conselho Municipal de Segurança**, os Senhores Deputados: José Manuel Veríssimo, Sebastião Alves, Francisco Romeu, Jorge Moura e Cristóvão Pereira.

Relativamente às medalhas de mérito e com a responsabilidade de falar sobre a empresa Mar Ibérica, a **Senhora Deputada Inês Ferreira** referiu que a proposta apresentada pelo Executivo é mais do que merecida pelo facto dessa empresa valenciana com sede em S. Pedro da Torre ter dado prova no mercado nacional e internacional não só em produtos congelados mas também em projetos de diversificação de negócios, sendo uma empresa a ritmo de crescimento em contra-ciclo com a situação macroeconómica vivida e dando trabalho a muitos valencianos. Uma líder dentro das PME, com forte sentido de responsabilidade social, nomeadamente no que respeita às respostas dadas às diversas solicitações, inclusive no campo de estágios profissionais a jovens. No contexto nacional de recessão económica em que se vive e que tantas vozes de quadrantes ideológicos diversos apelam ao investimento privado, como chave para o crescimento económico, num momento em que se fala da necessidade de empreendedores, surge de especial oportunidade e de importância que o

executivo tome a decisão, dando um sinal inequívoco de reconhecimento à empresa e à importância que a iniciativa privada tem para o crescimento económico. O estado já não pode ser um fomentador de emprego, pelo que é considerado e muito bem que seja estimulada a iniciativa privada no Concelho com a atribuição de uma medalha de mérito e, nesse sentido solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença, informasse se a Sociedade Artística alguma vez tivera recebido uma medalha de mérito.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e deu a palavra à **Senhora Deputada Aurélia Correia** que, na posse da mesma, endereçou os cumprimentos protocolares com votos de um bom ano para todos os presentes. Informou de que lhe competia falar sobre a proposta de medalha de mérito ao Dr. Luís Álvaro Campos Ferreira, sendo que a proposta apresentada pela CMV mereceu todo o apoio pelas razões inscritas na referida proposta, mas também por serem conhecedores de todo o empenho. Essa manifestação, foi traduzida desde o tempo que era Deputado da Assembleia da República, com um sentido de tender ao interesse do Concelho não só com o Executivo que liderou os destinos da CMV no último mandato, mas também com o anterior Executivo. Não olhando à cor política no poder, sempre se disponibilizou para junto do poder central desenvolver as diligências necessárias boa prossecução dos assuntos agendados. Um valenciano, já que Honório Novo não o era. Uma individualidade que integra um governo da nação e que deverá ser um orgulho para cada valenciano. Nesse sentido, a Senhora Deputada Aurélia Correia salientou que, à semelhança de outra contemplação no passado, que o reconhecimento do Município não deverá ser feito no fim de uma carreira, mas no momento que tal reconhecimento é merecido, apresentando-se como um estímulo a perseguir na senda até então trilhada.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e deu a palavra à **Senhora Deputada Elisabete Viana** que, no uso da mesma endereçou os cumprimentos protocolares com votos de um excelente ano para todos os presentes. De seguida, informou que lhe caberia falar sobre a empresa Mar Ibérica. Desta forma e, recuando até ao ano de 1982, a Delegação Escolar de Valença tinha um projeto: uma escola – uma empresa. Nesse sentido foram contactadas várias empresas e, algumas não aceitaram partilhar esse projeto. Porém, com a empresa Mar Ibérica foi diferente, pois o projeto foi acolhido com abertura e foi exatamente essa empresa que durante vários anos forneceu os alimentos para a cantina de Taião, crianças que até essa altura não tinham cantina, algumas iam almoçar a casa, outras ficavam na escola. Foi a empresa Mar Ibérica que apoiou essas crianças, por isso, consideraram muito bem a referida proposta de atribuição para que empresas com esse perfil sejam valorizadas.

De seguida, o Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da CMV se pretendia acrescentar mais alguma informação e no uso da sua palavra informou em relação às medalhas de mérito que o Centro Cultural Recreativo e Desportivo Fontourense tem cerca de trinta jovens e recebe um subsídio cerca de dez mil euros, sendo um exemplo de apoio às camadas jovens e não a profissionais de futebol. Quanto à empresa Mar Ibérica, é uma empresa que apoia atividades em Valença, estando sempre presente quando determinados problemas surgem. Em relação ao Dr. Luís Álvaro campos Ferreira foi atribuído um voto de louvor e medalha de mérito da cidade de Viana do Castelo dos 700 anos, enquanto Presidente da Comissão de Obras públicas e Transportes. Em Valença, também no ano de 2012 foi atribuído um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido na referida Comissão, sendo que, presentemente é reforçado por ser Secretário de Estado dos Negócios estrangeiros e da Cooperação e muito tem ajudado o Município de Valença e irá a continuar a ajudar no futuro.

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção efetuada e pretendeu saber quais seriam os Senhores Deputados para participarem no segundo momento de intervenção, sendo que, apenas solicitou intervenção o **Senhor Deputado José António Nogueira** que no uso da sua palavra referiu que as conversas entre os líderes municipais, não deverão extravasar tal âmbito ficar nos

grupos municipais. Relativamente ao processo de eleição para os elementos constituintes das Comissões, foi, por si, apresentado o método mais simples e consagrado constitucionalmente: o método d'Hondt, sendo que, ao referido método foi contraproposto, na eventualidade de não ser apresentada lista, que fosse pessoa a pessoa. Ora, caso esta situação ocorresse, faria com que a oposição nunca tivesse lugar, não podendo colocar nenhuma pessoa que tivesse disponível. Em qualquer Comissão. O Senhor Deputado referiu que relativamente a esta matéria, o Senhor Presidente da Mesa ainda não tinha respondido, pois teria receio que viesse a utilizar o tempo de intervenção para contrapor argumentação sobre a aludida matéria, pretendendo que assim a oposição fique calada. Não obstante, essa era a atitude esperada pelo PS sendo que, espera que com a revisão do Regimento não seja retirada voz à oposição. O Senhor Deputado José António Nogueira ainda referiu que na eventualidade de tal facto, essa questão não seria problema de maior porque através do recurso às novas tecnologias e equipamentos de cópia, chegaria até aos lugares mais recônditos a voz do PS, porque assente numa vivência democrática, mas sempre na defesa da verdade.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e a pedido da **Senhora Deputada Inês Ferreira** deu a palavra que, no uso da mesma, referiu que tinha existido uma provocação pelo Senhor Deputado José António Nogueira que a impeliu que de forma global informasse sobre o teor da conversa entre os líderes municipais. Esta situação deveu-se ao facto do Senhor Deputado José António Nogueira ter tido a perceção dos argumentos que a própria utilizaria, antecedendo por isso na sua defesa, não deixando alternativa que não fosse dar conhecimento da referida situação na presente Sessão. A Senhora Deputada Inês Ferreira, reforçou ainda a forma interpretativa legal mas acima de tudo circunstancial, como o Senhor Deputado José António Nogueira vê as situações.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e dado que mais nenhum Senhor Deputado nem o Senhor Presidente da CMV pretenderam o uso da sua palavra no segundo momento de intervenção, no uso da sua palavra referiu que tinha sido apresentada uma situação não prevista, porque os assuntos tinham sido todos referenciados e analisados na Reunião da Comissão Permanente. Tinham sido definidas as regras de interpretação, o método a ocorrer na Sessão, qual a ordem de trabalhos e, como tal, procurou corresponder ao que o Grupo decidiu, sobretudo quando decidiu em maioria. O Senhor Deputado José António Nogueira referiu de que para as duas Comissões: comissão alargada da CPCJ e Conselho Municipal de Segurança se deve aplicar o método d' Hondt, sendo indicado a Constituição, a Lei e Artigos, sendo que, ainda foi realizada uma similitude com a CIM Alto Minho, sendo que esta Comunidade é regulamentada de forma específica para situações similares. Com esta contextualização, o Senhor Presidente da Mesa reforçou, com humildade, não querer colocar em causa anteriores Presidentes da Assembleia Municipal, sendo que, sempre foi utilizado pela Assembleia o método decidido pela Mesa ou seja os interessados apresentam as listas e os Senhores Deputados irão votar de acordo com a sua consciência. Foi salientado ainda pelo Presidente da Mesa não pretender por em causa o passado dos Senhores Deputados Municipais pelo que, com respeito foi utilizado o método anterior e como tal, devido ao referido conjunto de premissas, a Mesa decidiu continuar a utilizar esse mesmo método, o qual foi sempre utilizado até ao presente momento e que passará por: apresentação de listas nos boletins de voto e cada senhor Deputado irá votar na lista que entender. O Presidente da Mesa salientou ainda, caso algum membro não venha a concordar com o referido método pretendendo colocar em causa o presente ato e todos os atos passados em situações idênticas, naturalmente que terá os meios à sua disposição para o fazer. Por último e, para que a Mesa se sentisse mais confortável com a decisão tomada, seria colocada à consideração dos Senhores Deputados Municipais a mencionada decisão, ou seja, se existe concordância ou não, que as alíneas f) e g) do ponto número três da OT seja feita votação em Lista. De seguida, foi solicitado um pedido

de esclarecimento do **Senhor Deputado José António Nogueira**. Com o respetivo assentimento e já no uso da palavra, referiu que em Reunião da Comissão Permanente, o que tinha sido acordado era que as votações seriam feitas todas na mesma altura. De igual modo, nessa Reunião também tinha informado que não poderia indicar os elementos para a constituição de listas, porque tinha um grupo que necessitaria de ser previamente auscultado. De igual modo, também referiu que, por ordem de natureza interna, não informou nem tinha a obrigação de o fazer, sobre qual a estratégia política que utilizaria em Plenário. Com essa contextualização, referiu o fato de ter sido invocado o que se tinha passado na Reunião da Comissão Permanente não tem a ver com o assunto presente e concreto em análise. Por sua vez, também foi referido que invocar antigos Presidentes da Assembleia Municipal cujos mandatos sobre a presente questão espelharam que para as duas referidas Comissões tenham existido várias listas, pessoalmente não se recordou que tal situação tenha existido. O Senhor Deputado insistiu pela obtenção de uma resposta objetiva sobre qual a razão de direito, ou seja, quais as normas que enquadram a decisão do Presidente da Mesa e para essa decisão, não deverá recorrer ao Plenário, já que deverá ser uma decisão do próprio.

O Presidente da Mesa agradeceu pelo pedido de esclarecimento, referindo que ao mesmo esclarece exatamente com as mesmas palavras anteriormente ditas. Nesse sentido, o Presidente da Mesa propôs ao Plenário que a votação para as alíneas f) e g) do ponto 3º da OT da presente Sessão fossem em lista.

Pelo facto de ter sido solicitado, com o objetivo de se reunirem, o Presidente da Mesa decidiu a interrupção da Sessão para que fosse realizado um pequeno intervalo.

No regresso aos trabalhos o Presidente da Mesa solicitou a continuação do assunto anteriormente apresentado, ou seja, o reforço pelo Plenário da decisão da mesa. Os Senhores Deputados do PS retiraram-se da sala pelo que o Presidente da Mesa solicitou aos Senhores Secretários da Mesa a contagem dos membros presentes. Assim, num universo de 24 votantes verificou-se o resultado seguinte: vinte e quatro votos a favor. Desta forma, **foi aprovado por maioria** que as alíneas f) e g) ponto 3º da OT fossem votadas em listas.

Devido ao adiantado da hora: 13 horas e 30 minutos e pelo facto de todo o processo de escrutínio constante do ponto 3º da OT ser um processo demorado, foi proposto pelo Presidente da Mesa e aceite pelo Plenário a realização de um intervalo para almoço, com o objetivo de serem recomeçados os trabalhos às 14.30 horas.

Após o intervalo para almoço foram reiniciados os trabalhos da sessão e o Presidente da Mesa informou que seriam chamados os Senhores Deputados individualmente, para cada um receber um pequeno volume com dez boletins de voto, sendo que, cada boletim de voto representava uma alínea, com exceção da alínea b) pois não seria necessário para esta Comissão a existência de voto secreto. Foi efetuado pelo Presidente da Mesa uma apresentação generalizada do conteúdo dos vários boletins de voto e a forma como os mesmos deveriam ser entendidos, para que os Senhores Deputados pudessem exercer o seu voto.

De seguida foram apresentadas as listas individualmente e os respetivos candidatos sujeitos ao ato eleitoral, como também os locais para a votação e a melhor articulação no fluxo aquando do momento de voto, com o objetivo de tudo correr com a maior naturalidade. Após esta contextualização, os Senhores Deputados foram chamados um a um para recolha dos boletins de voto na Mesa e subsequente voto.

Findo o ato da votação e realizada a contagem pela mesa, o Presidente da Mesa solicitou a atenção dos membros, uma vez que já tinha sido efetuado o escrutínio. Neste sentido, foi confirmado a entrada de trinta e um boletins para cada uma das eleições, pelo que foi solicitado ao Senhor primeiro Secretário a leitura dos resultados do referido escrutínio num universo de 31

votantes referente às seguintes alíneas:

- a) Votos nulos: 1; votos brancos: 0 – Votos a favor do Sr. Deputado António Soares Pereira: 22; Votos a favor do Sr. Deputado Manuel Álvaro Gomes: 8. Verificando-se assim a eleição de **António Soares Pereira por maioria**.
- b) Votos contra:1; Votos Nulos: 1; Votos em Branco:4; Votos a Favor: 25. Verificando-se assim a eleição de **Alberto Luís Vilas por maioria**.
- c) Votos Nulos: 1; Votos em Branco:4; Votos contra:1; Votos a Favor: 25. Verificando-se assim a eleição de **José Augusto Areias por maioria**.
- d) Votos Nulos:1; Votos em Branco:6; Votos a Favor: 24. Verificando-se assim a eleição de **Rui Miguel Ferreira por maioria**.
- e) Votos Nulos:1; Votos em Branco:1; Votos a Favor de Sebastião Alves: 21; Votos a Favor de Orlando Vasco Oliveira: 8. Verificando-se assim a eleição de **Sebastião Alves por maioria**.
- f) Votos Nulos:0; Votos em Branco:0; Votos a Favor da Lista A (Aurélia Correia; Inês Ferreira; Elisabete Viana; Maria Fernanda Sousa) : 21; Votos a Favor da Lista B (Sílvia Nascimento; Cláudia Labrujó; Ana Tomé; Joaquina Silva): 3; Votos a favor da Lista C (Maria Benvinda Gonzalez): 7. Verificando-se assim a eleição da **Lista A por maioria**.
- g) Votos Nulos:0; Votos em Branco:0; Votos a Favor da Lista A (José Veríssimo; Sebastião Alves; Francisco Romeu; Jorge Moura; Cristóvão Pereira): 21; Votos a Favor da Lista B (Nélson Labrujó; Alípio Sousa; Cláudia Labrujó; José Pereira; Luís Miguel Rodrigues): 4; Votos a favor da Lista C (Manuel Álvaro Gomes):6. Verificando-se assim a eleição da **Lista A por maioria**.

De seguida, foi apresentado o resultado da votação relativa ao 4º ponto da OT – Propostas para atribuição das Medalhas de Mérito. Neste sentido, o Presidente da Mesa solicitou a leitura ao Senhor Primeiro Secretário, verificando-se os resultados seguintes:

Centro Cultural e Recreativo Fontourense

Votos Nulos:0; Votos em Branco:1;Votos a Favor: 30.Verificando-se assim a **aprovação por maioria**.

Empresa Mar Ibérica

Votos Nulos:1; Votos em Branco:5;Votos Contra:1 Votos a Favor: 24.Verificando-se assim a **aprovação por maioria**.

Luís Álvaro Campos Ferreira

Votos Nulos:1; Votos em Branco:3;Votos Contra:9; Votos a Favor:18.Verificando-se assim a **aprovação por maioria**.

O Presidente da Mesa agradeceu a colaboração efetivada de todos os membros no ato eleitoral e comunicou que a votação da alínea h) **Comissão para a Revisão do Regimento**, conforme decidido em reunião da Comissão Permanente foi sugerido pelo próprio que fosse constituída uma Comissão ao «espelho» da própria Comissão Permanente e, por esse facto, foi proposta a criação desse grupo de trabalho constituído pelos elementos da Mesa e por um representante de cada Grupo Municipal, sendo que, à mesa tinha chegado a designação do seguintes representantes: PSD (António Soares Pereira); PS (José António Nogueira); CDU (Cláudia Labrujó); Representante das Juntas de Freguesia (Francisco Romeu).

O Presidente da Mesa questionou se havia algum Senhor Deputado que pretendesse realizar intervenção, sendo que, a referida eleição não estava sujeita a voto secreto. Deste modo e por não existir nenhuma intervenção, o Presidente da Mesa informou de que se encontravam reunidas as condições de votar a criação do referido grupo de trabalho, pelo que, num universo de 30 Deputados presentes foram obtidos os resultados seguintes:

Votos Contra: 0 (zero); Abstenções: 0 (zero); Votos a Favor: 30 (trinta), pelo que **foi aprovado por unanimidade** a constituição da referida comissão.

Após este ato, o **Senhor Deputado José António Nogueira** pediu a palavra e com a autorização do Senhor Presidente da Mesa, questionou sobre o porquê de não ter havido eleições dos Juizes Sociais, é que não obstante de já lhe ter sido dada uma explicação, solicitou que a mesma fosse dada aos membros presentes. Após esta intervenção, o senhor Presidente da Mesa agradeceu pela pertinência da questão levantada e, desta forma comunicou que a referida questão tinha sido levantada na última Reunião da Comissão Permanente e, sobre a mesma, a informação que se encontra disponível é que será o próprio Ministério Público a solicitar a designação dessas pessoas.

Desta forma, enquanto não for rececionado esse pedido quem anteriormente foi eleito encontra-se em pleno direito do exercício dessas funções. Por sua vez, o Presidente da Mesa também informou que o referido assunto também não foi objeto de decisão na reunião ocorrida em Fevereiro de dois mil e dez, pelo que existe a suposição consolidada de que a atual informação será correta e válida.

5º PONTO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA INTERMINHO E POSTERIOR INTERNALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O Presidente da Mesa após inscrições para a discussão desse ponto da OT dos Senhores(as) Deputados(as): Cláudia Labrujó e José António Nogueira, solicitou ao Senhor Presidente da CMV que fizesse uma apresentação do conteúdo do presente ponto da OT. Neste sentido, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal De Valença** no uso da palavra informou que, relativamente à InterMinho seria importante ter como assunto base que o prejuízo da InterMinho é da empresa. A Câmara Municipal de Valença e os outros sócios nunca colocaram capital na InterMinho, como também não receberam dividendos no passado.

Desta forma os parceiros nunca tiveram uma valorização do capital investido e, em situações normais, à aquisição das quotas pelo seu valor nominal seria habitual remunerar esse capital inicial a uma taxa de juro e, os sócios da InterMinho prescindiram desse facto. A referida situação faz com que o capital existente com a dedução de todos os encargos sejam mais do que suficientes para que seja dado esse «passo» pela CMV. Não obstante, o Senhor Presidente da CMV ainda referiu sobre a necessidade de confirmação dos Sócios da InterMinho relativamente ao assunto mencionado. Neste sentido, o Senhor Presidente da CMV reforçou de que será necessário haver compreensão sobre a referida matéria, pois os sócios têm a perfeita perceção do potencial da InterMinho apesar de atualmente o mercado não se encontrar nas melhores condições. O Senhor Presidente da CMV ainda referiu que, a solução encontrada de aquisição das quotas pelo Município e no âmbito da dissolução da empresa será uma forma encontrada, um processo menos complicado para a gestão de todo a liquidação, sendo que, com o objetivo de dinamizar a alienação dos lotes será necessário uma equipa preparada para a gestão do parque empresarial e, por isso, os três trabalhadores que se encontram atualmente requisitados pelo Município.

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença e pediu aos Senhores Deputados que realizassem as suas intervenções. Neste sentido, **a**

Senhora Deputada Cláudia Labrujó na posse da sua palavra, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença mais informação sobre a internalização da atividade e as funções do respetivos funcionários.

O Presidente da Mesa após agradecimento à Senhora Deputada Cláudia Labrujó pela intervenção efetuada, deu a palavra ao **Senhor Deputado José António Nogueira** que, na posse da mesma, referiu que a sua intervenção seria no sentido de ficar bem claro o presente assunto, ou seja, de acordo com a sua perceção, a curto prazo a Câmara Municipal de Valença não terá ganhos nem perdas, sendo que, haverá três funcionários afetos ao processo de alienação dos lotes. Desta forma as questões levantadas foram as seguintes: quando é que a Câmara Municipal de Valença irá alienar os lotes e o porquê de três funcionários afetos apenas a essas funções. O Senhor Deputado José António Nogueira informou ainda que em principio não haverá oposição que a Câmara Municipal de Valença adquira as participações societárias na InterMinho mas gostaria de ver as suas questões respondidas. Realçou ainda que uma das grandes diferenças entre o PS e o PSD era o facto de, caso tivesse ganho o candidato do PS para a Câmara Municipal de Valença, ir negociar para atrair investimento, o que aliás não seria nada de novo, pois o atual governo, através do Ministro Paulo Portas, está a utilizar os embaixadores portugueses para captação de investimento para Portugal.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e deu a palavra ao Senhor Deputado José Veríssimo que prescindiu do seu uso .

Neste seguimento, foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** que no uso da mesma, referiu que, relativamente à intervenção da Senhora Deputada Cláudia Labrujó, a InterMinho será inserida na Câmara Municipal de Valença : o seu património, compromissos e funcionários. Quanto às questões temporais do futuro processo de venda de lotes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença informou de que já no presente momento se encontra a negociar a venda de um lote, sendo que, todo o processo é imparável. Este processo, caso seja no período de vigência dos liquidatários com o valor da venda será deduzida a dívida ao empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos. Caso seja na vigência da CMV, será a venda deduzida ao empréstimo, liquidando parte da dívida e diminuindo os encargos com o empréstimo da CGD, possibilitando por sua vez que a CMV fique com património. Foi salientado ainda pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que todo o processo é contínuo, imparável, sendo que, o ganho líquido será a médio prazo, pelo facto de vir a ser absorvido um empréstimo de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, pelo que, num pequeno curto espaço de tempo só representará custos. Não obstante, o objetivo será a alienação de lotes, com o objetivo de liquidar o referido empréstimo e a autarquia ficar com uma área muito significativa sobrance para de seguida ser valorizada pela CMV`

Ainda foi dito que no parque empresarial a empresa de reciclagem Lyrsa duplicou a sua capacidade produtiva, sendo que a mesma atualmente pertence ao grupo Salvador Caetano e tem muitas perspetivas de laboração. Por sua vez e também no parque empresarial, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença informou de que o Centro Xogo deixou de funcionar na sua vertente de logística do grupo e está a ser implantada uma unidade de cablagem de automóveis cuja atividade, de forma gradual irá necessitar de cerca de cento e vinte funcionários. Quanto à captação de investimento, está prevista a implantação de uma nova empresa, pelo que será terraplanado um lote com cerca de quinze mil metros quadrados. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou ainda que há lotes que não estão preparados para venda como também, em obra, o «anel» que deveria circundar os lotes 3.8 e 3.9 não foi executado. Foi ainda referido que esse tipo de obra necessita do apoio de fundos comunitários pelo que se prevê muito difícil o referido encerramento do «anel». Desta forma também esses lotes serão alvo de limpeza e desmatção no terreno. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença também informou de que prevê uma

visita a S. Paulo em conjunto com elementos do universo da Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença para analisar no local o funcionamento de unidade de apoio a pequenas e médias empresas. Uma outra questão referida, foi do interesse de ser instalada na «linha de fronteira» um centro de inovação da indústria automóvel, sendo Valença um forte candidato e contará com todo o apoio da autarquia para que seja localizado em Valença. Este processo com a eventual venda de lote para que nele venha a ser instalado o referido centro de inovação poderá passar pela venda a um valor simbólico, sendo que esta situação só será possível e mais facilitada com o património da InterMinho sob total alçada da CMV.

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença e, num universo de 32 votantes colocou este ponto da ordem de trabalhos à votação, verificando o seguinte resultado: O (zero) votos contra, O (zero) abstenções, 32 votos a favor, pelo que **foi aprovado por unanimidade o pedido de autorização para aquisição pelo Município das participações societárias da InterMinho e posterior internalização da atividade.**

6º PONTO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA INTERMINHO E POSTERIOR INTERNALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O Presidente da Mesa solicitou aos Senhores Deputados inscrições para a discussão desse ponto da OT, verificando-se a inscrição dos Senhores(as) Deputados(as): Cláudia Labrujó; José António Nogueira

Foi apresentada uma sugestão pertinente à Mesa pelo **Senhor Deputado José António Nogueira**, com a convicção de que os líderes municipais não se oporiam e com certeza, que os Senhores Deputados também não o fariam. Desta forma a metodologia de trabalho, passaria por serem discutidos os dois pontos (números 6 e 7) da OT, sendo que, logo de início, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença utilizaria o seu tempo para apresentar as razões subjacentes aos referidos dois pontos.

Colocada a questão pelo Senhor Presidente da Mesa, existiu assentimento pelos Membros presentes e pelo Senhor Presidente da CMV que fosse efetuasse a metodologia proposta.

Desta forma, o Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da CMV que, no uso da mesma e relativamente ao 6º ponto da OT, informou que a constituição de Júri tem que ser proposta pela CMV e será aprovado e deliberado pela Assembleia Municipal o que se traduzirá numa nova competência da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da CMV ainda referiu que o Júri terá um elemento externo, o Vice-Presidente do IPCA- Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

No que diz respeito ao 7º ponto da OT, o Senhor Presidente da CMV explicou que em matéria de recrutamento excecional, conforme será do conhecimento da Assembleia Municipal, é da competência deste Órgão a autorização para as necessidades de recrutamento, sendo que, existe uma orientação do Governo para que as autarquias reduzam os seus quadros de pessoal em 2% ao ano sendo que, para o ano de 2014 será mantida essa orientação. Esta situação, fará com que, qualquer necessidade de alteração dos quadros será sempre considerada excecional, sendo este o termo específico consagrado na lei. O Senhor Presidente da CMV ainda informou que, no decorrer do ano estão previstas dez aposentações, pelo que será necessário reforço de pessoal em funções específicas. No caso da contabilidade e da geografia, será necessário abrir os respetivos lugares no quadro, sujeitos ao respetivo concurso público. Verificam-se também necessidades ao nível da educação, particularmente para o ensino especial, como também de um nadador-salvador. A piscina municipal tem a obrigatoriedade de ter dois nadadores salvadores e porque, uma nadadora salvadora

está num processo de formação para fiscal municipal, devido às alterações das regras de publicidade que obrigam que a fiscalização nesta área seja feita à *posteriori*, será necessário preencher o referido lugar. Por sua vez, também existe abertura para assistentes operacionais quando necessários, como também, um técnico superior de turismo. Esta será a configuração dos lugares a concurso para o preenchimento das necessidades do Município.

O Presidente da Mesa agradeceu ao Senhor Presidente da CMV e solicitou inscrições para discussão do referido ponto da OT. Verificaram-se as inscrições dos Senhores (as) Deputados (as): Jorge Moura e Paula Natal.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Moura que na sua posse, endereçou as respetivas saudações protocolares e votos de um bom ano de 2014 para todos os presentes. Relativamente à sua intervenção, referiu que, de acordo com o que se encontra proposto na Ordem de Trabalhos, votam a favor desse ponto. As razões do concurso excepcional foram devidamente explicadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença e como tal não haverá mais a ser dito, sendo que, está de acordo com a deliberação do executivo.

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção efetuada e deu a palavra à Senhora Deputada Paula Natal que na posse da mesma, apresentou as respetivas saudações protocolares com votos de um excelente ano de 2014 para todos os presentes. Relativamente ao ponto 7º da OT, sendo a sua intervenção nesse sentido, após ter sido efetuada uma leitura atenta, constatou que existia o nome de uma pessoa que lhe chamou a atenção: José Augusto Veloso da Silva, docente da Escola superior de Gestão do IPCA. Esta situação levou que a Senhora Deputada anteriormente tivesse questionado o Senhor Presidente da CMV qual a razão para ter convidado a referida pessoa para intervir no Júri.

Pelo facto dessa resposta já ter sido obtida e estando esclarecida, concorda completamente com o convite à referida individualidade, pois com certeza que dará o seu melhor contributo nessa área e, por esse facto, votarão favoravelmente.

O Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença se pretendia dar mais algum esclarecimento que, no uso da sua palavra, referiu no seguimento de uma deliberação ocorrida em 2013 em reunião do Executivo e Assembleia Municipal está previsto no presente ano a abertura de um lugar de arqueologia, sendo que essa possibilidade está dependente de se manter ou não o protocolo com a Universidade do Minho, que representa um custo mensal à CMV de oito mil euros, pelo que será necessário efetuar essa avaliação. O Senhor presidente da CMV ainda referiu que o referido custo é fixo ou seja, caso existam condições climáticas adversas que não possibilitem realizar as escavações a CMV tem que na mesma efetuar o referido pagamento.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu pela intervenção efetuada e questionou os Senhores Deputados que anteriormente tinham realizadas as suas intervenções, se pretendiam utilizar o tempo previsto, sendo que, prescindiram à utilização do mesmo.

Neste sentido e pelo facto de existirem condições, o Presidente da Mesa colocou à votação o 6º ponto da OT que, num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte:

Votos contra: 0 (Zero); Abstenção: 0 (zero); Votos a favor: 30 (trinta) pelo que **foi aprovado por unanimidade o Recrutamento Excecional**.

De seguida foi colocado à votação o 7º ponto da OT que num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte:

Votos contra: 0 (Zero); Abstenção: 0 (zero); Votos a favor: 30 (trinta) pelo que **foi aprovado por unanimidade o Procedimento Concursal para o provimento de um dirigente de 2º grau**

para a divisão económica-financeira: designação de Júri.

O Presidente da Mesa informou que estavam terminados os pontos agendados na Ordem de Trabalho e o Senhor Primeiro Secretário encontrava-se a ultimar a ata em minuta para ser efetuada a sua leitura. Findo esse trabalho, o Presidente da Mesa solicitou a respetiva leitura que após a mesma foi verificado o resultado seguinte:

Votos contra: 0 (Zero); Abstenção: 0 (zero); Votos a favor: 30 (trinta) pelo que **foi aprovado por unanimidade a Ata em Minuta relativa à ordem de trabalhos da presente Sessão.**

Desta forma, o Presidente da Mesa pelas dezasseis horas e vinte cinco minutos, comunicou que os trabalhos estavam encerrados, agradeceu a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente Sessão através da discussão e deliberação dos assuntos constantes da convocatória, desejou ao Senhor Presidente da CMV, Senhores Vereadores e a todos os presentes um ano de 2014 com realizações pessoais, profissionais e também políticas e uma palavra especial à Senhora Deputada Ana Tomé pois terá um ano muito especial e votos que tudo corra muito bem.

Neste sentido, agradeceu a presença de todos os presentes e apresentou os respetivos cumprimentos.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pelo funcionário que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário de Apoio à Assembleia Municipal

(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

(Eugénio Manuel A. S. Domingues)